

CAPÍTULO 17

Luta progressista pela causa armênia: o movimento transnacional diaspórico armênio no Brasil (2003-2015)

Júlia de Moraes Cabral

Resumo

A declaração histórica do atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em 24 de abril de 2021, reconhecendo o Genocídio Armênio e suas vítimas impactou a luta que vinha sendo travada internacionalmente pela diáspora armênia no último século. O que se iniciou como “Questão armênia”, um problema geopolítico de cunho reformista e, posteriormente, independentista, envolvendo a comunidade armênia presente no território otomano, transformou-se, após a independência e criação da nação Armênia em 1918, em “Causa armênia”, sendo esta moldada em torno do “genocídio dos armênios, realizado pelo Império Otomano ao longo da Primeira Guerra Mundial, e o reconhecimento internacional desses massacres como genocídio” (BOGOSSIAN-PORTO, 2018, pp. 1-2), e definida como “(o) conjunto de reivindicações jurídicas do povo armênio no sistema internacional” (LOUREIRO, 2016, p. 8); sendo este conjunto o foco central desta pesquisa. Neste sentido, o presente artigo se propõe a analisar a emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, teorizados por Goirand (2009), que surgem entre os anos 70 e 80 na América Latina, tendo como enfoque o movimento diaspórico armênio e sua luta, no Brasil, pelo reconhecimento do genocídio. E, posteriormente, a examinar sua atuação durante o ciclo progressista dos anos 2000 na região. O objetivo deste artigo é investigar a influência do contexto político na região, bem como o caráter diferencial da constituição desses movimentos e suas articulações na política interna do país, na mudança na postura deste coletivo, levando a um aumento em sua busca por reconhecimento.

Palavras-chave: diáspora armênia; movimentos transnacionais; América Latina; genocídio armênio; causa armênia.

1. Introdução

Em oposição aos regimes militares autoritários e sua política neoliberal presentes na região da América Latina, os “novos movimentos sociais” se consolidam a partir do final da década de 1970 e no início da década de 1980. Esses movimentos surgem em um contexto de afrouxamento do autoritarismo dos regimes em vigor no final dos anos 70 nestes países, e de crises de desigualdade sociais e econômica profundas. Bem como em meio ao fracasso do movimento de oposição armada, tendo como efeito uma reestruturação das esquerdas e dos sistemas partidários, e, conseqüentemente, uma abertura no espaço político para tais movimentos sociais que antes não era possível. É neste contexto que os governos neoliberais e suas políticas de austeridade enfrentam muita resistência na região de grupos sociais, indígenas e nacionais, sendo marcado por diversas manifestações nas ruas apoiadas por lideranças políticas que se opunham às políticas capitalistas vigentes.

Em sequência, no início dos anos 2000, governos considerados progressistas chegam ao poder na América Latina, em países como Brasil, Venezuela, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador, Chile e Paraguai, constituindo o que se caracteriza como o fenômeno da “Maré Rosa”, ou o “Ciclo de Governos Progressistas”. Tais governos foram eleitos baseados em promessas de democratização, em sociedades saídas de governos autoritários e de ditaduras, assim como em promessas de avanços sociais a partir do apoio e inclusão de parcelas marginalizadas da sociedade.

Por sua vez, o movimento migratório internacional da diáspora armênia se constitui inicialmente em resposta aos Massacres Hamidianos (1894-96), e posteriormente ao Genocídio Armênio (1915-23), o que se salienta ao observar-se o seu marco temporal, bem como o período das deportações em massa com rumo à *Deir ez-Zor* (cidade

localizada no deserto da Síria), sendo ambos motivados pela ascensão de um projeto nacionalista que buscava instituir um novo Estado homogêneo sem a presença dos armênios, sob a justificativa de que a população armênia do território otomano não compartilhava sua religião ou cultura.

Em consequência a esses eventos, mais de 10 milhões de armênios compõem atualmente a diáspora armênia, que teve como principais destinos a Rússia (2.3 milhão), os Estados Unidos (1.5 milhão) e a França (500 mil), incluindo os muitos que ainda vivem em território turco. No Brasil, a chegada se dá no início dos anos de 1890, em São Paulo e no Rio de Janeiro, se intensificando entre os anos de 1920-30, e irá formar futuramente o que se conhece hoje como Comunidade Armênia do Brasil. Entre os 140 milhões de brasileiros, estima-se a existência de 25 mil descendentes de armênios no Brasil, que estão concentrados nas zonas urbanas das duas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo, com 90% dos armênios residindo nas cidades de São Paulo e Osasco (MARCARIAN, 2016).

Portanto, à luz deste cenário político, onde observa-se a emergência de novos movimentos sociais e novos atores na região, proponho neste artigo a análise do caso do movimento pelo reconhecimento interno do Genocídio Armênio movido pela diáspora armênia no Brasil, a partir da análise teórica da perspectiva de um “paradigma latino-americano”, em contraste às teorias americana e europeia dos movimentos sociais. Tem-se o intuito de apontar o caráter inovador destes movimentos, bem como de explicitar a sua influência positiva na manifestação política da diáspora, levando a um aumento na produção de reconhecimento legal do genocídio.

Sendo assim, na primeira seção do artigo contextualizo e abordo as contribuições teóricas que analisam os movimentos sociais que emergem no período de abertura política entre os anos 70 e 90, que procuravam por meio deste movimento contestar as políticas de

austeridade promovidas pelo modelo neoliberal, e que impulsionaram outras demandas sociais e introduziram novos conceitos políticos. Adiante na segunda seção abordo o processo de renovação política do início do século XXI, iniciada com a chegada ao poder de lideranças progressistas e uma retomada dos movimentos sociais. E, finalmente, na terceira seção, abordo a comunidade armênia no Brasil e sua causa pelo reconhecimento do Genocídio Armênio, e argumento que tais eventos e a mudança no cenário político também foram percebidos na comunidade diaspórica armênia no Brasil que viu nesse período um aumento na produção de leis pelo reconhecimento do genocídio nacionalmente.

Por fim, concluo que, semelhante ao processo de institucionalização das demandas dos novos movimentos sociais surgidos neste período, o movimento armênio viveu o seu ápice com os avanços em questões de direitos humanos entre os anos 80, persistindo até o início dos anos 2000, na região. Da mesma forma, constatou-se que após a saída do governo petista, em 2016, houve uma estagnação neste processo de reconhecimento legal, que coincidiu com a retomada de políticas neoliberais no país após o fim do ciclo progressista.

2. A era neoliberal e os novos movimentos sociais na América Latina (1970-1990)

Apesar das teorias neoliberais terem surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos, em resposta aos modelos intervencionistas de políticas de bem-estar social aplicadas nesses países, elas, inicialmente, não tiveram grande respaldo na prática política, pois o capitalismo vivia seu auge durante as décadas de 1950 e 1960. Acreditando que a livre competição do mercado era algo positivo e essencial para a manutenção das sociedades ocidentais, além de garantia da liberdade individual, seu intuito era

de combater o modelo keynesiano e suas políticas sociais para introduzir um modelo capitalista “natural” e livre de regulações.

Posteriormente, a crise econômica de 1973, que assolou o mundo capitalista ocidental, teve como consequência uma acentuada recessão econômica, redução das taxas de crescimento e aumento nas taxas de inflação. Neste cenário de crise as teses neoliberais ganham espaço ao defenderem que as causas da recessão econômica provinham de medidas sindicais excessivas que vinham sendo fomentadas pelo movimento operário, com destaque maior ao inglês, o qual vivia um período de grande influência política fomentado por reivindicações por melhorias salariais, e o que, consequentemente, teria ocasionado uma quebra na economia nacional devido à dependência estatal cada vez maior em medidas sociais. As propostas neoliberais, por sua parte, giravam em torno de: menos intervenções estatais na economia, controle dos sindicatos, reforma orçamentária para corte nos gastos sociais, e incentivo a um aumento na taxa de desemprego “natural” objetivando a quebra dos sindicatos e a criação de uma massa de desempregados. Além de incentivar, paralelamente, reformas fiscais que possibilitavam isenções fiscais sobre os altos rendimentos. Por conseguinte, o resultado seria o retorno da desigualdade social e econômica que, por sua vez, dinamizaria economia capitalistas avançadas e promoveria a restituição da redistribuição de riquezas promovida pelas políticas sociais aplicadas anteriormente, e, finalmente, o retorno do crescimento econômico com o retorno da possibilidade de acumulação de riquezas e do livre mercado.

Contudo, conforme ressalta Anderson (1995), a teoria neoliberal não se concretizou em política econômica de repente, levou mais ou menos uma década até que nos anos 80 ela pudesse viver seu auge no governo de Thatcher na Inglaterra, no governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos, bem como na Alemanha e na Dinamarca, e em uma série de governos de direita que chegaram ao poder no

norte da Europa ocidental. Apesar de alguns poucos casos de resistência ao avanço do neoliberalismo o panorama global demonstrava a rapidez e o alcance da política neoliberal ao longo da década de 80, assim como a vitória das teorias originadas na Sociedade de Mont Pèlerin. Políticas que inicialmente eram aplicadas somente por governos de direita, contrários às medidas de bem-estar social, foram rapidamente ganhando espaço também em governos de esquerda. No caso da América Latina, apesar de tardia, a adoção do modelo neoliberal nos países da região a converteu “na terceira grande cena de experimentações neoliberais” (ANDERSON, 1995, p. 9), exceto no caso chileno do governo de Pinochet em que se tornou “a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” (ANDERSON, 1995, p. 9), uma década antes do surgimento do neoliberalismo de Thatcher na Inglaterra, servindo até mesmo de base para este, apesar de sua inspiração ter vindo do modelo Norte-americano. O modelo neoliberal chileno propunha, então, o fim da democracia e a implementação de uma das ditaduras militares mais cruéis da história da região.

Neste contexto, o sistema capitalista mundial inicia uma nova era de globalização neoliberal, impulsionada pela queda da União Soviética e pela criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), que se expande e inclui os países da América Latina. As consequências diretas são, conforme aponta Correa (2018), a inserção da região no “Consenso de Washington” e a “década perdida”, causada pela aplicação das políticas de austeridade neoliberais. A política neoliberal adotada buscava a inserção dos países da região na economia global, mas em uma condição inferior ao dos países do norte, como fornecedores de matérias-primas, levando a uma reversão dos processos de industrialização adotados anteriormente, bem como uma aceleração da urbanização e aprofundamento da concentração de renda. Com isso, “os povos que entre as décadas de 1930 e 1980 lutaram para adquirir cidadania eram agora reduzidos

à condição de massas de consumidores” (CORREA; UEMURA; SIQUEIRA, 2018, p. 11).

Em contrapartida, voltando-se para os “novos movimentos sociais” que surgem a partir dos anos 70 na região, Goirand (2009), ao analisar seu caráter inovador, aponta que este consistia, principalmente, no fato destes movimentos terem se formado fora dos ambientes tradicionais de mobilização social, como partidos políticos e sindicatos. Além disso, ela evidencia que tais movimentos não apresentavam uma estrutura de classe bem definida, nem uma ideologia unificada, promovendo mobilizações plurais e heterogêneas em ambientes político-sociais diversos. Entre os diversos movimentos sociais presentes nos países da América Latina neste período e suas lutas são citados: o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil em 1979, que reivindicava e ainda reivindica a reforma agrária no país; o movimento ecologista no Equador a partir da associação “*Acción Ecológica*” de 1987, que combatia as concessões estatais às multinacionais petrolíferas para exploração do petróleo; as mobilizações indigenistas da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador* (CONAIE) do Equador de 1986, e da *Central Indígena del Oriente Boliviano* (CIDOB) da Bolívia de 1982, bem como a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) de 1979.

Tendo em vista o caráter particular desses movimentos sociais, as análises sociológicas adotadas na região a partir dos anos 70 nas Ciências Sociais distinguiram-se das construídas nos Estados Unidos e Europa. Enquanto no norte global o debate girava em torno da mobilização de recursos, análise da racionalidade dos atores e da estrutura organizacional dos movimentos sociais, na América Latina, nas décadas de 80 e 90, o foco eram os valores e demandas por mudança social e os efeitos das mobilizações sociais nas sociedades e democracias em desenvolvimento na região. Assim, citando a autora Maria da Glória Gohn (2012), Goirand (2009) afirma que o

estudo sobre os “novos movimentos sociais” se tornou predominante na América Latina a partir da perspectiva de um “paradigma latino-americano” em contraposição aos movimentos estado-unidenses. Por sua vez, essa perspectiva de análise comparativa entre os modelos norte-americanos e europeus versus os latino-americanos evidenciou, segundo ela, “a importância das características organizacionais dos movimentos sociais, ainda que “novos” e construídos em torno de valores” (GOIRAND, 2009, p. 325). Ademais, Goirand (2009) discorre que a preferência pela adoção da expressão “movimento popular de base” na América Latina ao invés de “novos movimentos sociais” refletia a participação de cidadãos pertencentes à base da hierarquia social, como os camponeses, trabalhadores e pobres que traziam reivindicações diversas sobre a melhoria das condições de vida, no acesso aos serviços públicos e os direitos sociais, representando assim uma reivindicação “vinda de baixo”, ou, vide classificação da autora, o “basismo”.

Em sequência, Goirand (2009) contextualiza e relata os processos históricos que culminaram na abertura política nos países tanto do Cone Sul quanto da América Central, no começo dos anos 70 aos fins dos anos 90, como a anistia dos exilados políticos e a reintrodução do pluripartidarismo em 79, as eleições diretas de 82, a chegada de um civil à presidência em 85, e a constituição de 88 no Brasil; a legalização dos partidos políticos em 82, e as eleições gerais de 83 na Argentina; a saída de Pinochet e a legalização dos partidos políticos que permitiu as eleições presidenciais em 89 no Chile; o estabelecimento do pluripartidarismo em fins dos anos 80, e a reforma constitucional em 2001 no México; e conclui que “em toda parte, esses processos de abertura institucional se acompanharam de mobilizações populares de massa, que foram carregadas por uma explosão das expectativas e se caracterizaram pela heterogeneidade das práticas e organizações que as conduziram” (GOIRAND, 2009, p. 328).

Concomitantemente, houve também mobilizações nas ruas que demandavam mudanças políticas e a democratização, como nos casos das “Diretas já!” em 84 no Brasil, as manifestações argentinas pelas eleições gerais em 82, e as jornadas nacionais em 84 no Uruguai, e em 83 e 86 no Chile. Essas manifestações tinham exigências relacionadas aos direitos humanos e às desigualdades sociais e políticas, mas iam além:

A ação coletiva de base repousou, por um lado, na politização de questões concretas e imediatas como a habitação e as infraestruturas urbanas; e, por outro, na percepção da posição comum dos grupos populares frente às necessidades ou carências, logo, na construção de um “quadro de injustiças” através da conscientização da ilegitimidade da privação (GOIRAND, 2009, p. 328).

As reivindicações de direitos humanos estavam presentes em movimentos nos países do Cone Sul como o “Tortura nunca mais!” no Brasil a partir de 85, bem como nas reivindicações na Argentina em 86, movidos pelas classes médias. Um fator interessante apontado pela autora é que esses movimentos populares contestatórios eram mobilizados quase sempre por mulheres, como no caso dos movimentos feministas pelos direitos e reprodução e equidade na política, e o movimento de denúncia de fraude eleitoral no México (GOIRAND, 2009, p. 329).

Por fim, Goirand (2009) aponta dois grandes fatores que permitiram ou facilitaram tais “novos” movimentos populares na América Latina: o primeiro seria o papel da Igreja Católica como agente conscientizador e mobilizador dos jovens militantes nesses países que viviam regimes autoritários: “as Igrejas nacionais abriram um espaço de oposição política, até então inexistente” (GOIRAND, 2009, p. 329); e a abertura política por parte destes regimes, associada ao fracasso de ideologias e de grupos revolucionários armados, e à grave crise econômica da década de 80. Conjuntamente, as mudan-

ças ocorridas nos corporativismos estatais, como a fragmentação do sindicalismo e a diminuição no número de sindicalistas, propiciaram o enfraquecimento do trabalho organizado como ator político, abrindo espaço para novos atores como as associações de solidariedade e de ajuda mútua, que abrangiam tanto as classes médias quanto populares. Contudo, outras visões apontam que outros fatores como o grau de abertura do sistema político, o nível de industrialização, a estrutura sindical e as desigualdades sociais variavam em cada país. Além disso, as reivindicações de cada classe também divergiam, enquanto a classe média lutava por mudanças institucionais e pela democratização política, as classes populares demandavam melhorias econômicas e de qualidade de vida. O que se refletia também nas vias utilizadas por cada grupo para suas mobilizações, sendo as mobilizações de rua mais utilizadas pelos grupos populares do que as mobilizações partidárias.

3. O ciclo progressista e a contestação política nos anos 2000

O fim do autoritarismo nos países da América Latina e a mudança no contexto político não significou necessariamente o fim dos movimentos sociais. Apesar do movimento operário ter continuado a perder força, da diminuição das invasões de terras nos centros urbanos e da Igreja Católica ter deixado seu papel de agente político, Goirand (2009) defende que os anos 2000 confirmaram a tendência, indicada por Susan Eckstein (2001), de continuidade e até mesmo ampliação das mobilizações sociais. Os movimentos populares continuaram a se afastar da esfera do trabalho e se territorializarem, aumentando sua construção em torno de identidades culturais e chegando a adentrar a cena política nacional em alguns países.

Não só a contestação promovida pelas classes populares não se extinguiu e continua a marcar a vida política em vários países do continente, como parece inclusive ampliar-se, apoiando-se num re-

pertório maior de ações coletivas. Grupos sociais até então pouco mobilizados rapidamente impuseram sua presença na política, tendo em alguns casos adentrado a cena política nacional (GOIRAND, 2009, p. 331).

Concomitantemente, manifestações em torno da temática de defesa dos direitos humanos se fortaleceram neste período, como nos casos da Colômbia, com as manifestações pela paz, na Argentina, com as manifestações das “Mães da Plaza de Mayo”, que conquistaram em 2005 a reabertura das investigações dos crimes cometidos durante o regime ditatorial, e no Chile, no mesmo ano, com a revogação da imunidade de Pinochet.

Entretanto, o principal destaque é a mobilização de protestos indígenas que se fortaleceram simultaneamente, o “despertar indígena”, ocorridos principalmente na Bolívia e no Equador, “em torno de reivindicações nos terrenos da educação bilíngue, do reconhecimento cultural, do acesso aos recursos naturais e da propriedade de terra, a afirmação da indianidade constituiu o fulcro de mobilizações diversas, em vários pontos do continente” (GOIRAND, 2009, p. 332). Tais mobilizações viram suas reivindicações serem institucionalizadas por meio da criação de novas constituições que incluíram também o caráter “multicultural e pluriétnico”, como no caso da constituição equatoriana criada em 1998, tendo, inclusive, ampliado sua participação a partir da inserção de alguns de seus líderes em instituições políticas representativas, como apontado:

No Equador, vários membros da CONAIE exerceram funções ministeriais sob a presidência de Lúcio Gutierrez, enquanto o movimento Pachakutik decidia apresentar seu próprio candidato à eleição presidencial de 2006, Luis Macas, passando assim da ação contestatória à competição eleitoral institucionalizada (GOIRAND, 2009, p. 332).

Neste sentido, ao analisar os “novos” movimentos sociais que surgem desde os anos 80 e se mantém até o início dos anos 2000 na América Latina, Goirand (2009) aponta que eles se diferenciavam dos movimentos tradicionais, como os movimentos operários, por não estarem necessariamente associados a sindicatos ou partidos, nem se inspirarem em questões de classe ou de produção material, tendo sua base de contestação a ordem social vigente, além de reivindicarem por questões não capitalistas. Desta forma, suas lutas perpassavam as esferas do reconhecimento social, dos direitos humanos, de melhorias nas condições de vida, e de participação e representatividade política, que por sua vez giravam:

Em torno de questões ligadas, por exemplo, à proteção do meio ambiente, ao gênero, às relações sexuais ou à moralidade, essas demandas remetem às questões diretamente políticas das liberdades de expressão e associação, do reconhecimento dos direitos sociais e da luta contra as discriminações (GOIRAND, 2009, p. 334).

Esses movimentos se caracterizaram como heterogêneos, uma vez que eram criados e se mantinham sustentados em construções identitárias interseccionais de gênero, classe, e cor, e, com isso, não se inseriam no formato dos movimentos sociais tradicionais. Seguidamente, na região, a chegada ao poder de novos partidos de centro-esquerda e esquerda nos anos 2000 foi marcada pela emergência de líderes que haviam se vinculado aos movimentos sociais dos anos anteriores e tiveram suas vitórias, em grande parte, graças ao apoio das contestações sociais e ao compromisso com as mudanças sociais reivindicadas.

Adicionalmente, a autora ressalta que devido ao seu caráter heterogêneo e fluido, alguns dos movimentos sociais nos países da região exerceram uma influência social e política de forma bastante indireta, por meio de micro-organizações locais e representações em comum.

Contudo, “o movimento social extrai sua unidade, aqui, do fato de que indivíduos e grupos gravitam num mesmo sistema de ação, vale dizer, perseguem objetivos comuns, compartilhando símbolos e mesmo a afirmação de uma identidade” (GOIRAND, 2009, p. 335). Portanto, os novos movimentos sociais se destacaram em relação aos do norte global devido à sua contestação ao materialismo, aos seus discursos em torno de causas de direitos humanos, como a demanda de dignidade humana e o fim de discriminações, e por sua demanda participativa na tomada de decisões. Para além, seu diferencial se consistiu também em terem grande parte de suas reivindicações atendidas e institucionalizadas com o início do ciclo de governos progressistas nos anos 2000.

4. O que é a causa armênia?

Desde meados do século XIX, o Império Otomano enfrentava uma crise severa face a problemas administrativos, falência econômica e decadência militar, além de diversos conflitos internos devido à sua relutância à modernização. Por outro lado, o continente europeu vivia um período de expansionismo econômico, de crescente modernização e revolução industrial. Estas dificuldades vividas pelo império neste período foram precursoras de sua queda: “a questão da reforma e a emergência do nacionalismo provaram-se fatais para isso, para ambos afetou as aspirações das minorias e as atitudes da elite e maioria mulçumana” (BLOXHAM, 2007, p. 15, tradução nossa).¹

Adicionalmente, este período, entre fins do século XIX e início do século XX, é marcado pelas Guerras dos Balcãs (1912-13), durante as quais cada um dos países desta região, como exemplo da Grécia, Sérvia, Bulgária e Romênia, iniciou revoluções nacionais

¹ “The reform question and the rise of nationalism proved fatal to it, for both affected the aspirations of the minorities and the attitudes of the Muslim elite and majority.”

pela luta de independência do Império Otomano. Ressalta-se que a região dos Balcãs era considerada uma das regiões mais importantes do Império Otomano, pois representava o centro das rotas comerciais entre ocidente e oriente, perpassando grandes cidades como Constantinopla. Como consequência, tem-se um grande fluxo migratório desta região para as demais possessões do império, inclusive para áreas onde os armênios estavam em maioria, levando a uma pressão populacional no território otomano. Ademais, a Guerra Russo-Turca (1877-1878), que tinha o intuito de conquistar, por parte da Rússia, a saída para o Mar Mediterrâneo e o controle dos Bálcãs, foi precursora de outras independências concedidas, posteriormente, no Tratado de Berlim de 1878.

Esse momento de fragilidade e de perdas territoriais ocorre durante o sultanato de Abdul Hamid II, de 1876 até 1909. O sultão se vê pressionado tanto pelas minorias (armênias, gregas, curdas, entre outras) que habitavam o território otomano, quanto pela elite intelectual turca por reformas modernizantes no império que buscavam evitar uma possível fragmentação. Além disto, Abdul Hamid II enfrentava também uma pressão internacional pela “Questão Armênia”, principalmente por parte das potências europeias, que o caracterizaram como o “Sultão Sangrento”, devido às suas políticas de extermínio contra as minorias otomanas que ficaram conhecidas como Massacres Hamidianos. Durante este período, a questão armênia era movida por associações políticas armênias na diáspora, tendo maior força em Paris, e por grupos armênios dentro do império. Não havia ainda um apelo independentista por parte destes coletivos, mas uma busca por reformas políticas que permitissem a participação de lideranças políticas armênias na tomada de decisões dentro do Império Otomano, como a constituição de um regime representativo (KEVORKIAN, 2011). Em contrapartida, do ponto de vista de Abdulhamid II, havia um receio de que o apoio internacional à causa armênia poderia fu-

turamente pressionar pelo fornecimento de maior autonomia às minorias no Império Otomano, ou até mesmo, pela independência armênia. Logo, a existência dos armênios em território otomano se tornou uma questão de sobrevivência do próprio Império, conforme citado por Akçam (2006):

Ao tirar a Grécia e a Romênia, a Europa cortou os pés do Estado turco. A perda da Bulgária, da Sérvia... nos privou de nossas mãos e agora, por meio dessa agitação armênia, eles querem chegar aos nossos lugares mais vitais e arrancar nossas próprias entranhas. Este seria o começo de nos aniquilar totalmente, e devemos lutar contra isso com toda a força que possuímos (AKÇAM, 2006, p. 44, tradução nossa).²

Sucessivamente, em 1908, um grupo de oposição ao governo de Abdul Hamid II, os Jovens Turcos, formado por intelectuais ativistas nacionalistas turcos, que se uniram durante a implementação do *Tanzimat* e que tinham o intuito de promover uma reforma administrativa e modernização do Estado (BALAKIAN, 2004), chega ao poder por meio de um golpe militar. Criam também uma espécie de partido político intitulado Comitê União e Progresso (CUP) para gerenciamento do governo. O CUP tinha como intuito desenvolver o império e realizar reformas modernizadoras, e tornar-se-ia responsável pelas deportações em massa e pela perpetuação do genocídio (BALAKIAN, 2004). Entretanto, esta liderança não visava necessariamente o fim do modelo de governo vigente, mas a modernização das estruturas do império para ao nível das grandes nações europeias.

Posteriormente, em 1913, há a ascensão de uma ala radical dos Jovens Turcos dentro do partido político, como resultado da in-

2 "By taking away Greece and Rumania, Europe has cut off the feet of the Turkish state. The loss of Bulgaria, Serbia...has deprived us of our hands, and now by means of this Armenian agitation, they want to get at our most vital places and tear out our very guts. This would be the beginning of totally annihilating us, and we must fight against it with all the strength we possess."

fluência de uma crescente corrente nacionalista radical no mundo ocidental. Essa liderança assume a frente do governo e dá início às políticas radicais contra as minorias otomanas. Concomitantemente, em resposta à radicalização do governo otomano, lideranças armênias presentes tanto na diáspora quanto no território otomano, buscaram recolocar a “Questão Armênia” de volta às agendas políticas nacionais e internacionais, reintroduzindo as propostas de reformas políticas já apresentadas em 1878, no Congresso de Berlim. A Conferência de Londres, em 13 de abril de 1913, tornar-se-ia, então, a oportunidade ideal para a comunidade armênia agenciar o suporte das potências europeias, como Alemanha, Inglaterra, França e o Império Russo, na implementação de reformas, como: a unificação dos seis *vilayets* (províncias) ocupados em sua maioria por armênios; a criação de conselhos administrativos e de assembleias provinciais mistas (mulçumanas e cristãs); a legalização do uso das línguas armênia, curda e turca na administração local; a criação de um comitê encarregado de investigar a confiscação de terras armênias nas últimas décadas; entre outras (KEVORKIAN, 2011, p. 163).

Finalmente, a Primeira Guerra Mundial propiciou os meios para que o genocídio pudesse ser concebido sem maiores interferências internacionais. O advento da modernidade, da formação dos Estados Nacionais e da industrialização, viabilizou o surgimento de um novo modelo de guerra, a Guerra Total, que tem como uma de suas principais características o aumento exponencial da letalidade e do alcance da máquina de guerra quando comparada às batalhas vividas anteriormente na Europa. Quanto mais tempo perdurasse um confronto, mais recursos humanos e materiais seriam extintos. Além da escala crescente de mortos, os efeitos colaterais dos embates tornaram-se o objetivo do conflito em si. Não somente os soldados presentes na guerra eram considerados alvos, mas também os civis (WINTER, 2003). Apesar dos elementos presentes na Guerra Total já

existirem anteriormente, assim como casos de genocídios, os fins de aniquilação em massa e os crimes contra civis, ocorridos durante os anos de 1914 e 1918, moldam o diferencial da Grande Guerra.

Neste contexto, os armênios perdem seus possíveis aliados que agora lutavam na guerra contra o Império Otomano, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro. O Império Otomano, portanto, não possuía mais a obrigação de manter as relações diplomáticas com os países integrantes da Tríplice Entente, que desde há muito faziam pressão sobre a natureza do tratamento dado as minorias em seus territórios. A intenção do governo, comandado naquele momento pelos Jovens Turcos, era de aniquilar todos os armênios do território turco até o final da Primeira Guerra sem maiores objeções ou intervenções das potências europeias (BALAKIAN, 2004). Em meio a isto, os confrontos liderados pelas forças otomanas contra os armênios, assim como as deportações em massa se intensificam, sucedendo no Genocídio Armênio, entre 1915 e 1923³, e propiciando a morte de 1,5 milhão de armênios⁴ dentro do território do Império Otomano.

Em conclusão, com a independência e criação da nação Armênia em 1918, o que se iniciou como a “Questão armênia”, um problema geopolítico de cunho reformista e, posteriormente, independentista, envolvendo a comunidade armênia presente no território otomano, transformou-se em “Causa armênia”, sendo esta moldada em torno do “genocídio dos armênios, realizado pelo Império Otomano ao longo da Primeira Guerra Mundial, e o reconhecimento in-

3 Datas oficiais de início e término do genocídio e informadas pela República da Armênia pelo do Museu do Genocídio Armênio em THE ARMENIAN GENOCIDE MUSEUM-INSTITUTE. Amernian Genocide, n.d.. Disponível em: <http://www.genocide-museum.am/eng/armenian_genocide.php>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2017.

4 Dados oficiais da República da Armênia disponibilizados pelo Museu do Genocídio Armênio em THE ARMENIAN GENOCIDE MUSEUM-INSTITUTE. Amernian Genocide, n.d.. Disponível em: <http://www.genocide-museum.am/eng/armenian_genocide.php>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

ternacional desses massacres como genocídio” (BOGOSSIAN-POR-TO, 2018, pp. 1-2), e definida como “(o) conjunto de reivindicações jurídicas do povo armênio no sistema internacional” (LOUREIRO, 2016, p. 8); sendo este conjunto o foco central desta análise.

5. O movimento diaspórico armênio no Brasil

Diáspora tem origem no termo grego “*diasporá*”, dispersão de um povo, sendo comumente ligado à dispersão do povo judaico. O “Penguin Atlas of Diasporas” define como “a dispersão coletiva forçada de um grupo religioso ou étnico precipitado por um desastre frequentemente de natureza política” (CHALIAND; RAGEAU, 1995). Ao passo que Sheffer (2004) a define a partir de seu funcionamento sociopolítico:

As diásporas são entidades sociais e políticas trans-estatais distintas; elas resultam da migração voluntária ou imposta para um ou mais países de destino; os membros dessas entidades residem permanentemente em países de destino; elas constituem minorias em seus respectivos países de destino (assim, por exemplo, canadenses de ascendência inglesa não são considerada como uma comunidade diaspórica); elas evidenciam uma explícita identidade étnica; elas criam e mantêm organizações comunitárias relativamente bem desenvolvidas; elas demonstram solidariedade com outros membros da comunidade e, conseqüentemente, coesão cultural e social; elas promovem atividades culturais, sociais, políticas e econômicas por meio de suas organizações comunitárias; elas mantêm trocas culturais, sociais, políticas e econômicas discerníveis com sua pátria, seja este um Estado ou uma comunidade em um território dentro do que consideram sua pátria; para isso, bem como para outros fins (como estabelecer e manter conexões com comunidades em outros países de destino), elas criam redes trans-estatais que permitem a troca de recursos significativos; e têm a capacidade tanto para o conflito quanto cooperação, tanto com a sua pátria quanto com seu país de destino, possibilidades que por sua vez estão conectadas a padrões

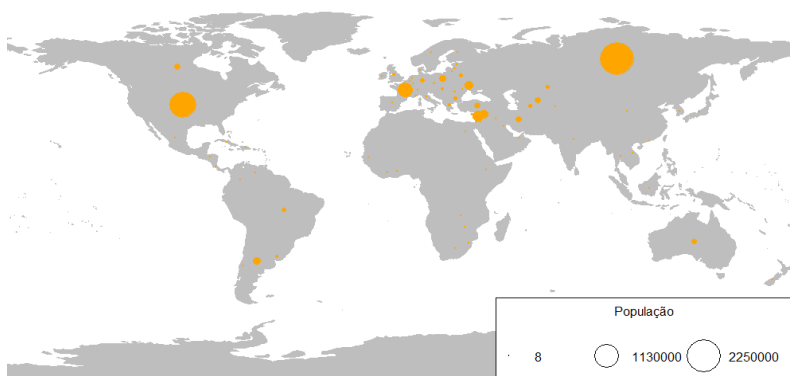
altamente complexos de autoridade e lealdade dentro das diásporas (SHEFFER, 2004, p. 360, tradução nossa⁵).

O movimento migratório armênio, aqui tratado, que se inicia em fins do século XIX e se intensifica entre os anos de 1910 e 20, conforme dissertado anteriormente, foi resultado de uma política de extermínio promovida e executada pelo governo otomano contra a minoria armênia otomana em seu território, e teve como consequência a formação da comunidade diaspórica armênia ao redor do mundo. No Brasil, o movimento de imigração da diáspora armênia se deu em duas fases bem diferentes, sendo a primeira no final do século XIX, com um pequeno grupo de armênios provenientes da Síria e do Líbano, que se estabeleceram em pequenas comunidades urbanas, e a segunda se intensificou após 1924, com a assinatura do acordo da Liga das Nações e a aceitação do Brasil em acolher os refugiados armênios deslocados pelos massacres de 1915 que foram promovidos pelo governo otomano. Esse segundo grupo foi recepcionado pelas comunidades já estabelecidas, bem como pela Igreja Apostólica Armênia, que serviu, e ainda serve, de base para a comunidade no país.

5 "Diasporas are distinct trans-state social and political entities; they result from voluntary or imposed migration to one or more host countries; the members of these entities permanently reside in host countries; they constitute minorities in their respective host country (thus, for example Canadians of English descent are not regarded as [a] diaspora community); they evince an explicit ethnic identity; they create and maintain relatively well-developed communal organisations; they demonstrate solidarity with other members of the community, and consequently, cultural and social coherence; they launch cultural, social, political and economic activities through their communal organisations; they maintain discernible cultural, social political and economic exchanges with the homeland, whether this is a state or a community in a territory within what they regard as their homeland; for this as well as for other purposes (such as establishing and maintaining connections with communities in other host countries), they create trans-state networks that enable exchanges of significant resources; and have the capacity for either conflict or cooperation with both the homeland and host country, possibilities that are in turn connected to highly complex patterns of divided and dual authority and loyalty within the diasporas."

O mapa a seguir (Figura 1) demonstra a composição global atual aproximada da diáspora armênia, segundo dados oficiais do Ministério das Relações Exteriores da República da Armênia, e evidencia que o Brasil não foi o destino principal deste grupo, representando apenas 25 mil armênios, quando comparado com os quase 2.5 milhão na Rússia, ou os quase 1.5 milhão nos Estados Unidos.

Figura 1 – Mapa global da diáspora armênia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores da República da Armênia (www.mfa.am, acesso em: 19 de abril de 2021).

Contudo, sua particularidade se encontra em sua forma de organização e estruturação. Conforme analisado por Grün (2008) em seu artigo, a comunidade diaspórica armênia no Brasil se constituiu e se desenvolveu a partir do apoio entre si, como uma espécie de entreaajuda, que consistia em membros já estabelecidos economicamente na profissão de mascate ajudarem os recém-chegados. Desta forma, essa relação produzia também, indiretamente, uma afirmação da identidade coletiva deste grupo. Além disso, o autor aponta que

“numa colônia pequena, onde o papel da Igreja é fundamental na vivência em comum, cria-se então uma rede” (GRÜN, 2008, p. 119), e consequentemente, “a especialização dos agentes das primeiras levás acabava criando uma massa crítica, onde os armênios iam se estabelecendo e muitos prosperando, num processo que potenciava cada vez mais a construção da identidade étnica” (GRÜN, 2008, p. 119). Desse modo, hoje os membros mais proeminentes da comunidade armênia no país são donos das mais importantes cadeias industriais de calçados.

Adiante ao analisar a questão da causa armênia, Grün (2008) indica que a comunidade armênia brasileira “reivindica, com muita dificuldade, o reconhecimento internacional do acontecimento” (GRÜN, 2008, p. 121), ao mesmo tempo em que o governo da República da Armênia promovia, então, uma política de apaziguamento com os países próximos, como Azerbaijão e Turquia, para manutenção da paz e garantia de estabilidade na região. Logo, segundo observado pelo autor, o governo armênio estaria recusando, em sua política externa, o suporte à narrativa nacionalista da diáspora armênia pelo reconhecimento do genocídio e dos crimes cometidos pelos Jovens Turcos.

Ainda, Grün (2008) ao analisar a inserção e participação política dos armênios no estado de São Paulo, constata que os candidatos de origem armênia, diferentemente dos candidatos de origem judaica, atuam independentes da comunidade armênia. Ele afirma que um dos motivos seria o perfil dos candidatos armênios que em sua maioria são filhos de grandes empresários, além de terem um perfil mais à direita do que os candidatos de origem judaica, e, portanto, terem maior inserção socioeconômica. À vista disso, o autor vê na atuação desses políticos de origem armênia uma manutenção das políticas de mercado e de interesses individuais. “Não é assim por acaso que vemos muitos políticos dessa origem agirem de forma a

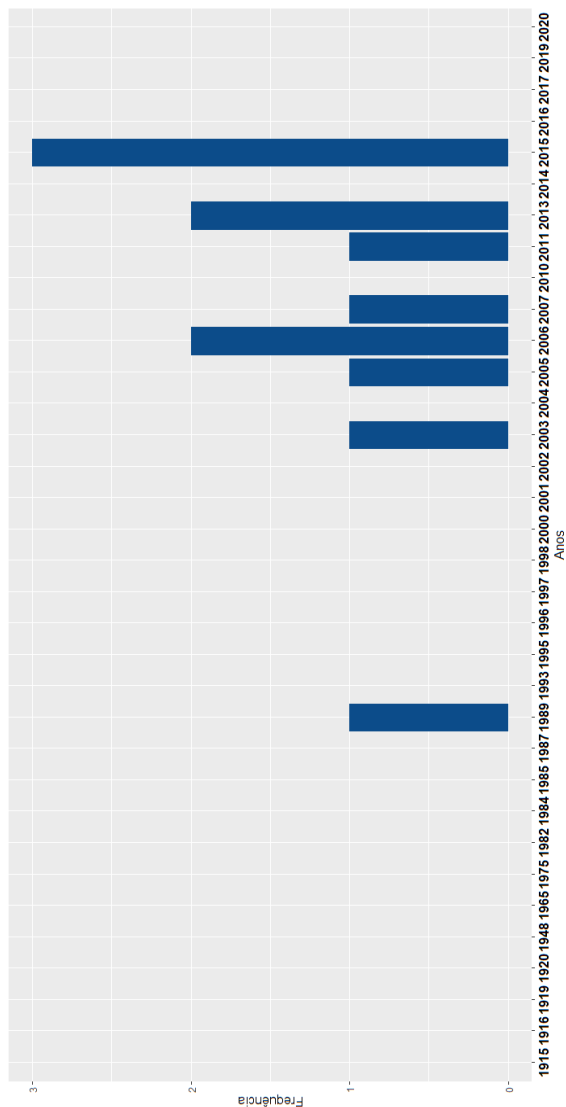
tentar estender as regras de funcionamento do universo empresarial onde foram criados para a esfera política” (GRÜN, 2008, p. 125).

Entretanto, essa análise se limita apenas ao estado de São Paulo e as famílias armênias ligadas ao comércio desde seu estabelecimento na região. Adicionalmente, ao observar-se, fundamentado em dados secundários coletados, a promulgação de leis pelo reconhecimento do genocídio armênio no país ao longo dos anos desde o início do fluxo migratório, identifica-se um aumento crescente a partir de 2003, que se intensifica ainda mais e alcança o seu ápice no ano de 2015, conforme mostrado no gráfico a seguir (Figura 2).

Destarte, com base nos dados analisados foi possível perceber que com o fim do que Grün (2008) resalta como “o momento forte do desvelamento do sentimento antiimigrante que se situou nos períodos mais autoritários do regime militar de 1964-1985” (GRÜN, 2008, p. 128) houve, no Brasil, um aumento na criação de leis pelo reconhecimento da causa armênia. Igualmente, evidencia-se que a institucionalização da causa armênia volta a crescer no início dos anos 2000, após o início do governo Lula, se mantendo até fins do governo Dilma, ambos líderes do Partido dos Trabalhadores (PT), e, portanto, durante o ciclo progressista no país. Logo, conclui-se que a atuação política da comunidade armênia dentro do país pelo reconhecimento do genocídio coincide com ambos os períodos dos novos movimentos sociais e de sua renovação analisados nas seções anteriores e estudados por Goirand (2009).

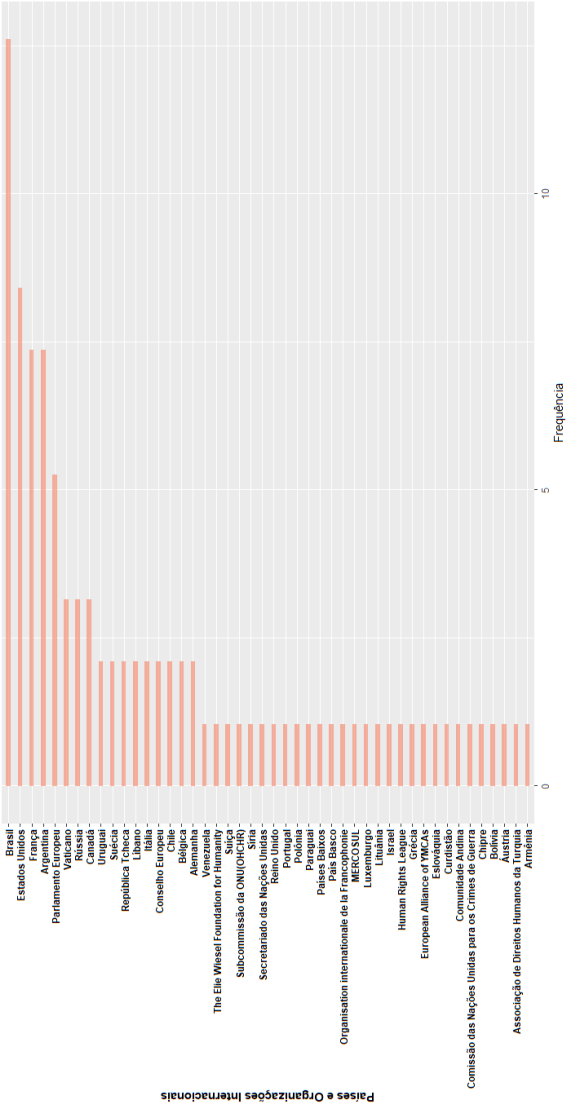
Paralelamente, o panorama mundial de reconhecimento legal (1915-2020) pelo reconhecimento do Genocídio Armênio, apresentado a seguir (Figura 3), destaca uma maior participação regional da América Latina, incluindo países latinos como Brasil e Argentina, no cenário internacional, mesmo em meio à outras organizações internacionais como as Nações Unidas (ONU) e o Conselho Europeu.

Figura 2 – Gráfico da promulgação de leis no Brasil entre 1915 e 2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores da República da Armênia (www.mfa.am, acesso em: 19 de abril de 2021).

Figura 3 – Gráfico do reconhecimento legal do genocídio armênio (1915 - 2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores da República da Arménia (www.mfa.am, acesso em: 19 de abril de 2021).

Da mesma maneira, é importante ressaltar que o movimento armênio se assemelha às características organizacionais dos novos atores sociais que adentram a cena política de alguns países da região, se caracterizando por uma comunidade moldada em uma identidade comum e que compartilha dos mesmos símbolos, sem configuração de classe ou gênero. E que este, assim como alguns dos movimentos sociais analisados por Goirand (2009), buscou uma influência social e política de forma indireta, por meio da atuação organizações comunitárias e de representações de políticas de origem armênia, uma vez que não buscava um rompimento com o sistema, mas uma reforma legislativa para a institucionalização do reconhecimento do Genocídio Armênio. Outro ponto em comum com os novos movimentos sociais da região, é o seu alicerce na instituição da Igreja como espaço para compartilhamento da memória coletiva e de seu passado comum, inclusive da causa armênia, bem como para influenciar os descendentes armênios que viviam nesta época regimes autoritários ainda, e que congrega ainda hoje 85% dos descendentes armênios, conforme apontado por Grün (2008).

Para além, vale destacar que os anos 2000 marcam a emergência de causas relacionadas aos direitos humanos na América Latina, como ressaltado por Goirand (2009), e o fortalecimento da questão identitária dentro dos movimentos sociais, o que poderia explicar a abertura no cenário político brasileiro para outros movimentos como o movimento armênio e para sua causa, estando esta vinculada também ao quadro de injustiças contestadas neste contexto, bem como o seu aumento tanto na incidência política quanto no reconhecimento nacional de sua causa. Em conformidade, Loureiro (2016) disserta que a comunidade armênia, que possui vínculos com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) desde a década de 80, procurou no marco do centenário do Genocídio Armênio, em 2015, a aprovação no Senado de uma moção de reconhecimento

nacional do mesmo com o apoio de parlamentares como Aloysio Nunes Ferreira e José Serra:

Essa coletividade, organizada em um eficiente grupo de pressão no ano de rememoração do centenário do genocídio, conseguiu unificar as entidades comunitárias há muito existentes. Representados, de um lado, por clubes, igrejas, associações beneficentes e agremiações políticas – tradicionalmente amalgamadas pelo Consulado Geral Honorário da República da Armênia em São Paulo – e, por outro, pela Embaixada da República da Armênia no Brasil – criada em 2010 – representante dos interesses de Yerevan no país, a comunidade pôde acionar aliados políticos para a consecução da aprovação de um texto de alcance nacional que reconhecesse os massacres contra a população armênia otomana a partir de 1915 como um genocídio (LOUREIRO, 2016, p. 17).

Portanto, o movimento armênio conquistou assim, com a aprovação do voto de solidariedade ao povo armênio no Senado brasileiro, o mais alto nível de reconhecimento interno do Genocídio Armênio até então. Esperava-se também que após o processo de *impeachment* da então presidente Dilma a aliança com o PSDB se mantivesse e que, finalmente, fosse conquistado também o reconhecimento na política externa brasileira. Contudo, este projeto parece ter se estagnado com o fim do governo petista, conforme aponta Loureiro (2016):

Não obstante a esperança dos armênios que a chegada de Serra ao Itamaraty pudesse levar o Brasil, enfim, ao reconhecimento do genocídio armênio pelo Executivo, nenhum movimento nesse sentido foi feito. Em suma, a mudança do cenário político brasileiro colocou as demandas armênias mais uma vez na fila de espera (LOUREIRO, 2016, p. 18).

6. Considerações finais

Apesar do ciclo progressista na América Latina ter se iniciado e dos novos líderes terem sido eleitos com a promessa de democratização social por meio de políticas de redistribuição de renda e de

avanços no campo social, bem como políticas de reconhecimentos sociais e de direitos humanos, foi possível perceber em alguns países a manutenção da categoria de primário-exportadores dentro da economia global e da estimulação da economia extrativista, conforme aponta Correa (2018), e da dependência promovida durante os governos neoliberais. Essa manutenção da política extrativista neoliberal levou ao embate com comunidades indígenas e tradicionais, assim como com movimentos ambientais, que tinham como objetivo barrar o avanço da indústria extrativista nessas regiões. Entre tentativas de aumento da participação dos grupos marginalizados politicamente, forneceram um avanço temporário de demandas dos movimentos sociais. Porém, segundo Correa (2018), tais governos não foram capazes de aprofundarem uma democracia participativa nem de estimularem formas de auto-organização populares. Diante do balanço dos governos progressistas, ele conclui que “embora tenha propiciado ganhos sociais para os setores populares ao estimular por toda parte o consumismo, o progressismo não conseguiu em lugar algum transformar de maneira duradoura a economia ou impulsionar a consciência política” (CORREA; UEMURA; SIQUEIRA, 2018, p. 14). Sendo assim, apesar da renovação dos novos movimentos sociais na região e de avanços importantes na área de direitos humanos e sociais, poucos movimentos, como movimentos de gênero e o movimento negro, tiveram suas demandas efetivamente atendidas, seja por meio de políticas públicas, ou por meio da institucionalização de suas demandas, sendo limitados também a apenas alguns países.

Especificamente no caso analisado do movimento armênio, pôde-se perceber um aumento mais significativo na promulgação de leis pelo reconhecimento de sua causa com a chegada dos governos progressistas no país, obtendo, de forma semelhante a trajetória dos novos movimentos sociais tratados nas seções anteriores, sua contestação institucionalizada, mas que se limitou a um reconhecimento

apenas nacional, visto que o Brasil ainda não se posiciona dentro da comunidade internacional como reconhecedor do Genocídio Armênio, diferente de outros países da região como Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela.

Todavia, constatou-se uma abertura na oportunidade política durante o fenômeno do ciclo de governos progressistas na América Latina para novos atores políticos, como os novos movimentos sociais e o movimento diaspórico armênio. O enfraquecimento dos movimentos sindicais estimulou e possibilitou a formação de novos tipos de movimentos sociais baseados em associações ou micro-organizações de entreaajude, ou ajuda mútua. Com isso, esses movimentos que até então possuíam uma articulação sociopolítica voltada mais para comunidade local, conseguiu se inserir na agenda política nacional dando luz à novas demandas e conceitos sociais. Tal feito seria impossível de ser realizado e conquistado no contexto político ditatorial anterior, e, ao que tudo indica, mostra-se difícil de ser mantido também com a retomada de um regime autoritário no país e da agenda neoliberal. O que se comprova com paralização do processo de reconhecimento nacional do genocídio após o ano de seu centenário, em 2015, com o fim do mandato da ex-presidente Dilma.

Referências

AKÇAM, Tener. A shameful act: The Armenian Genocide and The Question of Turkish Responsibility. Metropolitan Books, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BALAKIAN, Peter. The Burning Tigris. New York: Happer Perennial, 2004.

BLOXHAM, Donald. *The Great Game of Genocide: Imperialism, Nationalism, and the Destruction of the Ottoman Armenians*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BOGOSSIAN-PORTO, Pedro. Para além do genocídio: novas luzes sobre a “questão armênia”. *rev. hist.* (São Paulo), n. 177, r01018, 2018. Scielo. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.145675>>.

BRINGEL, Breno; GHON, Maria. *Movimentos sociais na era global*. Editora Vozes, 2012.

CHALIAND, Gérard ; RAGEAU, Jean-Pierre. *Penguin Atlas of Diasporas*. EUA: Penguin Publishing Company, 1995.

CORREA, José; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena. *O eclipse do progressismo. A esquerda latino-americana em debate*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

ECKSTEIN, Susan (ed.). *Power and Popular Protest. Latin American Social Movements*. Berkeley: California University Press, 2001a.

GOIRAND, Camille. *Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada*. *Estudos Históricos*, 2009, v. 22, n. 44, pp. 323-354.

GRÜN, Roberto. Intelectuais na comunidade judaica brasileira. In: SORJ, Bila (org.). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. [online] Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 110-130. Scielo. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h9ypr>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

KEVORKIAN, Raymond. *The Armenian Genocide: A complete history*. Londres: I.B.Tauris & Co Ltd, 2011.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. *Pragmatismo e Humanitarismo: A Política Externa brasileira e a Causa Armênia (1912-1922)*. Franca: UNESP, 2016.

492 **Luta progressista pela causa armênia: o movimento transnacional
— diaspórico armênio no Brasil (2002-2015)**

MARCARIAN, Mônica Nalbandian. *Diáspora Armênia no Brasil*. *Revistas de Estudos Orientais*, n. 6. São Paulo: USP, 2016, pp. 109-115.

SHEFFER, Gabriel. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, Volume 13, Number 2/3, Fall/Winter, 2004, pp. 359-373.

WINTER, Jay. *America and the Armenian Genocide of 1915*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Sobre a autora

Júlia de Moraes Cabral

Mestranda em Ciência Política, na Linha de Pesquisa Relações Internacionais e Política Mundial, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Memórias Coletivas, Direitos Humanos e Resistências pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL). Cofundadora e integrante da Reconstrua – Coletiva de Estudantes do PPGCP - UNIRIO. E-mail: juliatordeur@ufrj.br.

